

Evolução das reservas possibilita a decisão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Nos contatos mantidos com os credores e as autoridades do governo norte-americano e nos inúmeros pronunciamentos públicos, inclusive no Congresso, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, sempre condicionou o pagamento simbólico de uma parcela dos juros vencidos desde 20 de fevereiro, descaracterizando a moratória continuada junto aos bancos privados credores, à ocorrência simultânea de dois eventos: um progresso efetivo nas negociações e a existência de reservas externas compatíveis.

Desde que o ministro anunciou a disposição do governo de promover o pagamento simbólico, deve ter considerado razoável a receptividade dos credores à proposta apresentada na sexta-feira e adequado o nível de reservas. De fato, no pronunciamento feito perante a Comissão da Dívida Externa do Senado, dois dias antes de viajar ao Exterior, o ministro da Fazenda admitiu que as

reservas já se situam em torno de US\$ 4,0 bilhões.

Qualquer que seja o critério com que sejam consideradas as reservas externas do País, e há pelo menos três, há indicações de que elas estão evoluindo, em decorrência da ação combinada de dois fatores: a suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados (US\$ 4,3 bilhões este ano, dos quais US\$ 2,8 bilhões já deixaram efetivamente de ser recolhidos de 20 de fevereiro até agora); a suspensão do pagamento dos juros nos empréstimos concedidos pelas instituições oficiais de crédito (Clube de Paris) e o adiamento do pagamento de créditos vencidos ao Fundo Monetário Internacional, o que totalizará, até o final do ano, mais de US\$ 6,5 bilhões, e o crescimento do superávit comercial muito além das previsões oficiais.

De uma estimativa inicial de US\$ 8,0 bilhões foram sendo feitas revisões para cima, especialmente a partir de julho, até atingir a última projeção da balança comercial, que aponta para um superávit de US\$ 9,6 bilhões.